



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

PROCEDIMENTO N.º 04/CPiB/2024

CADERNO DE ENCARGOS

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS PARA
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO EDIFÍCIO
DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E BEM-ESTAR**

Índice

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CLÁUSULA 1.ª – Objeto.....	3
CLÁUSULA 2.ª – Contrato	3
CLÁUSULA 3.ª – Prazo de vigência.....	3
CLÁUSULA 4.ª – Local de execução.....	4
CLÁUSULA 5.ª – Preço base	4
CLÁUSULA 6.ª – Fases e prazos de prestação do serviço	4
CLÁUSULA 7.ª – Obrigações principais	5
CLÁUSULA 8.ª – Esclarecimentos de dúvidas	7
CLÁUSULA 9.ª – Preço contratual e condições de pagamento.....	7
CLÁUSULA 10.ª – Sanções contratuais.....	9
CLÁUSULA 11.ª – Qualificações	10
CLÁUSULA 12.ª – Prestação do projetista	10
CLÁUSULA 13.ª – Características e especificações	10
CLÁUSULA 14.ª – Forma da prestação do serviço	11
CLÁUSULA 15.ª – Propriedade intelectual e direitos de autor	12
CLÁUSULA 16.ª – Estimativa da empreitada.....	12
CLÁUSULA 17.ª – Erros e omissões do projeto	13
CLÁUSULA 18.ª – Responsabilidades	13
CLÁUSULA 19.ª – Gestor do contrato	14
CLÁUSULA 20.ª – Proteção e tratamento de dados pessoais	14
CLÁUSULA 21.ª – Compromisso ambiental	15
CLÁUSULA 22.ª – Marcas e patentes	16
CLÁUSULA 23.ª – Força maior.....	16
CLÁUSULA 24.ª – Cessão da posição contratual.....	17
CLÁUSULA 25.ª – Comunicações e notificações	17
CLÁUSULA 26.ª – Contagem dos prazos	17
CLÁUSULA 27.ª – Legislação aplicável	17
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	18
CLÁUSULA 28.ª – Especificações.....	18
CLÁUSULA 29.ª – Neutralidade carbónica	22
CLÁUSULA 30.ª – Entrega dos projetos	23
CLÁUSULA 31.ª – Programa preliminar	23

PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual do Concurso Público Internacional de conceção, que tem por objeto principal a aquisição de serviços externos para elaboração do projeto do edifício destinado à **Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar (EHB) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Chaves.**
2. O preço base da empreitada a executar na sequência da elaboração do Projeto a que se refere a presente prestação estima-se em 12.000.000,00€ (doze milhões de euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
3. O projeto a que se refere o ponto 1, corresponde aos Projetos de Execução, de acordo com o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e restante legislação aplicável, e nos termos da parte “II. Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos.
4. O objeto da presente prestação inclui os projetos de arquitetura e de engenharia constantes do ponto 6 da cláusula 28.ª.

CLÁUSULA 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integrará, ainda, os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 2.3. O presente caderno de encargos;
 - 2.4. O programa preliminar e respetivos anexos;
 - 2.5. A proposta adjudicada;
 - 2.6. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, pela ordem pela qual aí são indicados, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª – Prazo de vigência

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento inicia-se no dia útil seguinte à data da sua assinatura e mantém-se em vigor até à conclusão da empreitada da obra pública a realizar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 4.ª – Local de execução

O projeto de execução visa a adjudicação da empreitada de obra pública a levar a efeito no futuro *campus* da Água, no lugar de Outeiro Seco, na freguesia com o mesmo nome, a nor-nordeste da periferia da Cidade de Chaves.

CLÁUSULA 5.ª - Preço base

1. O preço base do presente procedimento, no âmbito da contratação de serviços externos para elaboração de diversos projetos de execução de arquitetura e especialidades de engenharia, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, é de **600 000€ (seiscentos mil euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se o mesmo for legalmente devido.
2. Define-se como preço anormalmente baixo todo aquele que seja inferior ou igual a 50% do preço base, de forma a minimizar o risco de incumprimento na fase de execução do contrato, tendo em conta a complexidade do projeto.
3. Aos concorrentes com propostas identificadas no número anterior, será solicitada a prestação de esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta e que justifique o baixo preço apresentado, para análise por parte do júri.
4. Serão excluídas, as propostas em que o preço contratual seja superior ao preço base referido no número 1 da presente cláusula, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

CLÁUSULA 6.ª – Fases e prazos de prestação do serviço

1. Os serviços objeto do contrato, com vista à elaboração dos projetos de execução das diferentes especialidades devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e compreendem as seguintes fases:
 - 1.1. Programa Base;
 - 1.2. Estudo Prévio;
 - 1.3. Anteprojeto;
 - 1.4. Projeto de execução e licenciamento;
 - 1.5. Assistência técnica.
2. Os prazos máximos de execução (em dias seguidos) são:
 - 2.1. Programa Base - 15 (quinze) dias, a contar da data de celebração do contrato;
 - 2.2. Estudo Prévio - 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do Programa Base;
 - 2.3. Anteprojeto - 40 quarenta dias, a contar da data de entrega do Estudo Prévio;
 - 2.4. Projeto de Execução - 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega do Anteprojeto;
 - 2.5. Assistência Técnica - prazo correspondente à realização da empreitada, estimado em 540 (quinhentos e quarenta) dias.

3. Os serviços serão prestados pela equipa de projetistas, no local onde estes reputarem por mais conveniente, sem prejuízo da obrigação de se deslocarem às instalações do IPB ou à obra, sempre que o último a convoque para o efeito ou se mostre necessário para a boa prestação dos serviços.

4. Os prazos indicados no número 2 são contabilizados a partir da data da outorga do contrato, ficando suspensos nos períodos de validação dos documentos por parte dos serviços do IPB, ou entidades externas, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo assistência à empreitada.

CLÁUSULA 7.ª – Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para os Projetistas as seguintes obrigações principais:

1.1. Obrigação de elaborar o projeto enunciado no n.º 1 da cláusula 1.ª deste caderno de encargos e respetivos projetos, das diferentes especialidades, indicados no n.º 4 da mesma cláusula;

1.2. Obrigação de elaborar as medições e orçamento, com mapa de trabalhos e quantidades;

1.3. Obrigação de harmonizar e compatibilizar a arquitetura com os projetos das especialidades identificadas no n.º 4 da cláusula 1.ª, entre si e de forma a eliminar quaisquer erros e/ou omissões suscetíveis de se refletirem, enquanto tal, em sede de execução de trabalhos de empreitada;

1.4. Obrigação de prestar apoio e assistência técnica ao IPB na preparação e gestão do procedimento de contratação da empreitada que concretizará materialmente o projeto;

1.5. Obrigação de prestar o serviço de assistência técnica à obra, nos momentos em que a mesma vier a ser solicitada;

1.6. Obrigação de realizar a instrução de pedidos de parecer e de obtenção dos licenciamentos necessários;

1.7. Executar os trabalhos que lhe foram adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;

1.8. Prestar todos os esclarecimentos ao IPB, ao revisor do projeto e demais consultores, ao empreiteiro e à fiscalização, que sejam necessários à correta interpretação do projeto, incluindo as respetivas especialidades;

1.9. Dar assistência ao IPB e ao empreiteiro na seleção dos materiais e componentes a serem utilizados;

1.10. Assegurar, por si ou por mandatário, o acompanhamento da obra, assinalando no respetivo livro o adiantamento dos trabalhos e a qualidade da execução, bem como qualquer facto contrário ao projeto;

- 1.11. Colaborar nas ações realizadas pelas entidades responsáveis por vistorias e fiscalização;
- 1.12. Contribuir para a melhoria das características técnicas das infraestruturas, elaborando projetos de acordo com o estado da arte.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é dada aos concorrentes a liberdade de propor/sugerir a realização de trabalhos não expressamente previstos no Programa Preliminar que, no entendimento dos mesmos, contribuam para melhores soluções globais tendo em vista a melhoria do investimento, todas sujeitas à aprovação do Dono da Obra;
3. Os trabalhos referidos no n.º 2 da presente cláusula fazem parte integrante do contrato a celebrar, desde que tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente pela decisão de contratar.
4. A título acessório, o Projetista fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. Todas as prestações indicadas no n.º 1, do presente artigo, encontram-se já a coberto dos honorários a pagar ao Projetista, devidamente compreendidos na proposta apresentada.
6. O prestador de serviços obriga-se a reconhecer, presencialmente, o local objeto da intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no Projeto, com os levantamentos topográficos, projetos ou elementos de projetos fornecidos no concurso, não se responsabilizando o IPB por qualquer tipo de inexatidão que daí possa advir.
7. É obrigação do prestador de serviços, se necessário, proceder à atualização do levantamento do edificado, sendo da responsabilidade do IPB a sua aceitação.
8. As dúvidas que o prestador de serviços tenha na interpretação dos documentos por que se rege a elaboração do projeto, objeto do contrato, devem ser submetidas ao IPB, antes do início da elaboração dos trabalhos a que respeitam.
9. As dúvidas que o prestador de serviços tenha no decurso da elaboração do projeto, objeto do contrato, devem ser submetidas ao IPB antes do início da elaboração de fases posteriores de projeto, tendo em vista a normal prossecução dos trabalhos dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.
10. O prestador de serviços deverá inteirar-se junto das entidades competentes de todas as infraestruturas existentes, no local de intervenção, caso as fornecidas nos anexos do Programa Preliminar não sejam suficientes.
11. Após a aceitação pelo IPB das soluções do projeto sujeito a aprovação de entidades externas, compete ao prestador de serviços requerer, junto das entidades externas competentes, a emissão de pareceres favoráveis relacionados com a certificação e licenciamento das instalações, fornecendo ao IPB cópias das referidas consultas ou pareceres.

12. O prestador de serviços obriga-se a cumprir ordens, diretivas ou orientações, transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais.

13. O prestador de serviços obriga-se a elaborar as adaptações necessárias ao projeto tendo em vista a sua divisão em partes de acordo com o faseamento que o IPB entenda ser conveniente para concretização da empreitada.

14. O prestador de serviços obriga-se a esclarecer todas as dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo de concurso de empreitada.

CLÁUSULA 8.ª – Esclarecimentos de dúvidas

1. As dúvidas que o projetista tenha, na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços, devem ser submetidas ao IPB, antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o projetista submetê-las imediatamente ao IPB, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução, as quais não reduzem os prazos estabelecidos contratualmente.

CLÁUSULA 9.ª – Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o IPB deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. As quantias devidas pelo IPB, nos termos do número seguinte, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta)** dias após a receção da respetiva fatura, devendo esta ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. A fatura só poderá ser remetida ao IPB, após a execução dos serviços a que se refere, não podendo suceder quaisquer adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

3. Ao abrigo do art.º 299.º-B do CCP, os adjudicatários são obrigados a emitir faturas eletrónicas.

4. As faturas eletrónicas deverão ser transacionadas através do prestador de serviços de faturação eletrónica da entidade adjudicante:

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)

Nome: YET

NIPC: 508851360

Morada: Edifício PRIMAVERA, Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 74 Lameações

Cód. Postal: 4719-006 Braga

INFORMAÇÃO PARA CONTACTO ENTIDADE PRESTADORA DO SERVIÇO (BROKER)

Nome: YET

Telefone: 253309903

Email: intervan@yetspace.com

5. O pagamento dos serviços, do presente procedimento, será feito do seguinte modo:
 - 5.1. 10% após aprovação do Programa Base;
 - 5.2. 10% após aprovação do Estudo Prévio;
 - 5.3. 25% após aprovação do Anteprojeto;
 - 5.4. 35% após aprovação do Projeto de Execução;
 - 5.5. 10% após obtenção do Licenciamento do Projeto objeto do presente procedimento, com base na data comprovada por registo a realizar no sistema de gestão documental e registo de expediente do IPB;
 - 5.6. 10% durante a Assistência técnica ao Projeto, no decurso da empreitada, com periodicidade mensal.
6. Em caso de discordância por parte do IPB quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
7. Qualquer atraso no pagamento das faturas não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Em caso de atraso por parte do IPB, no cumprimento das obrigações pecuniárias a que está vinculado, tem o adjudicatário, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito.
10. Os preços referidos no n.º 1 da presente cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IPB, incluindo ainda as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
11. O valor dos honorários do Projetista é fixo e não revisível, retribui todos os serviços contratados, incluindo o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários, designadamente os estudos auxiliares contratados e todos os custos inerentes à prestação do Projetista.
12. As repetições dos trabalhos reprovados pelo IPB e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentem erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão

remuneradas, correndo por conta do Projetista todos os trabalhos e encargos inerentes à sua correção para correta execução/realização.

13. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.

CLÁUSULA 10.ª – Sanções contratuais

1. O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por factos não resultantes de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pelo IPB, pode determinar a aplicação de penalidades ao prestador de serviços, calculadas diariamente, pela aplicação, ao valor da prestação de honorários da fase em curso, das seguintes permissões:

- 1.1. 1‰ (um por mil), nos primeiros cinco dias;
- 1.2. 2‰ (dois por mil), a partir do sexto e até ao décimo dia;
- 1.3. 3‰ (três por mil), a partir do décimo dia até ao vigésimo dia; e
- 1.4. 4‰ (quatro por mil), a partir do vigésimo dia.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o IPB pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor de honorários vincendos.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o IPB tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

6. O IPB pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o IPB exija uma indemnização pelo dano excedente.

8. Verificando-se a rescisão do Contrato por facto não imputável ao prestador de serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:

- 1.1. Ao quantitativo correspondente ao valor dos honorários, atribuível ao trabalho na fase em curso;
- 1.2. A 10% (dez por cento) do valor restante do contrato.

CLÁUSULA 11.ª – Qualificações

1. As entidades concorrentes ao presente procedimento, de elaboração do projeto e demais estudos identificados na Cláusula 1.ª, deverão afetar os técnicos designados na sua proposta de Equipa de Projeto (Projetista), que sejam titulares das habilitações académicas e qualificações técnicas e profissionais legalmente exigidas para a elaboração dos projetos para que forem designados, no respeito do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pelas Leis n.º 40/2015, de 1 de junho e n.º 25/2018, de 14 de junho.
2. A entidade que vier a ser contratada, no âmbito deste procedimento, fica obrigada a manter a Equipa até à aprovação do Projeto de Execução.
3. Na impossibilidade de cumprir o requisito constante do número anterior, qualquer substituição de Técnicos deverá assegurar os requisitos iniciais, previstos no Programa do Procedimento, designadamente em termos de experiência, e ser aprovada pelo IPB.

CLÁUSULA 12.ª – Prestação do projetista

1. O Projetista obriga-se a executar todos os serviços elencados no contrato e nos documentos do concurso que, pela sua natureza normativa, são vinculativos, cabendo-lhe ainda a realização de todos os trabalhos das especialidades e estudos subsidiários e complementares necessários a um perfeito esclarecimento do projeto nas suas diferentes fases de evolução, respeitando os estudos e a proposta apresentados em sede de procedimento de contratação.
2. O projeto e demais estudos referidos no número anterior deverão satisfazer as regras gerais relativas à qualidade, segurança, comodidade e economia dos futuros utentes da obra, sem descurar os aspetos de integração ambiental e urbanística.

CLÁUSULA 13.ª – Características e especificações

1. Os serviços a prestar em sede de execução do presente contrato obedecerão ao prescrito neste caderno de encargos, respeitarão as determinações da cláusula 28.ª e seguinte do presente caderno de encargos e outros elementos técnicos já desenvolvidos, conformando-se com as prescrições técnicas constantes da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
2. Os projetos, nas suas diferentes fases, incluirão as peças definidas nas cláusulas especiais deste caderno de encargos ou, na falta destas últimas, todas aquelas que sejam indicadas na legislação em vigor, designadamente no Código dos Contratos Públicos, na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e todas as demais indispensáveis à coerente e completa definição da obra.
3. Todos os documentos contratualmente exigidos ao Projetista deverão ser apresentados em suporte papel e em versão eletrónica, bem como em modelo BIM, devidamente compatibilizados, quer em papel, quer em formato eletrónico, devidamente assinados.

4. Os projetos deverão ser apresentados no seu volume original, acompanhado de tantas cópias quantas as entidades que sobre os mesmos se devam pronunciar, seja por parecer, seja para a emissão de licenças, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. Todas as peças que integram, compõe e complementam o projeto de execução, devem constituir documentos eletrónicos, assinados, individualmente, com assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor.
6. Aquando da apresentação do projeto, o Projetista deverá apresentar os termos de responsabilidade subscritos pelos autores do mesmo, com inscrição ativa na respetiva ordem, atestando que na sua elaboração foram observadas as normas gerais e específicas constantes das disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente as normas técnicas de construção em vigor.

CLÁUSULA 14.^a – Forma da prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Projetista fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes do contraente público, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. O Coordenador da Equipa assumirá a função de «coordenador do projeto», nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as devidas alterações nas Leis n.º 40/2015, de 1 de junho, e n.º 25/2018, de 14 de junho.
3. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de convocatória prévia por parte do coordenador do projeto, da qual deve constar a agenda para cada reunião.
4. O Projetista fica também obrigado a apresentar ao contraente público, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. No final da execução do contrato, o Projetista deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Projetista devem ser integralmente redigidos em português.
7. Os serviços objeto do contrato, com vista à elaboração dos diferentes projetos de execução devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e compreendem as seguintes fases:
 - 7.1. Programa Base;
 - 7.2. Estudo Prévio;
 - 7.3. Anteprojeto;
 - 7.4. Projeto de execução e licenciamento;
 - 7.5. Assistência técnica.

8. Cada uma das fases assinaladas no número anterior será submetida à apreciação e aprovação do IPB e das entidades que se entendam necessárias (quando aplicável), em função de cada um dos projetos específicos.

9. Só com a notificação ao Projetista, pelo contraente público, da aprovação de cada fase pela entidade identificada no número anterior se considera iniciada a fase subsequente.

CLÁUSULA 15.^a – Propriedade intelectual e direitos de autor

1. Os autores do projeto, enquanto criadores da sua conceção global e dos respetivos suportes escritos e desenhados, são os técnicos do Projetista, pelo que lhes caberá assinar todas as peças daquele, subscrevendo as declarações e os termos de responsabilidade.

2. Uma vez apresentados, todos os estudos e projetos elaborados pelo Projetista, no âmbito da execução do contrato, são propriedade do IPB que, dessa forma, adquire o título patrimonial dos respetivos direitos de autor.

3. Do mesmo modo, são transferidos para o contraente público, definitiva e incondicionalmente, os direitos que o Projetista tenha adquirido a entidades subcontratadas.

4. Sem prejuízo da transmissão para o IPB do carácter patrimonial dos direitos de autor, os autores dos projetos gozam dos direitos morais sobre os respetivos projetos, designadamente o direito de reivindicar a respetiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade.

5. Sem prejuízo dos direitos conexos de que possam ser titulares, as pessoas singulares ou coletivas intervenientes, seja a título de colaboradores, agentes técnicos, desenhadores, construtores ou outro semelhante, na produção e divulgação dos projetos não poderão invocar, relativamente a estes, quaisquer poderes incluídos no direito de autor, devendo, disso mesmo, ficar cientes.

6. Pela transmissão dos direitos prevista no presente artigo não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 16.^a – Estimativa da empreitada

1. A disponibilidade orçamental para a conceção e execução dos trabalhos de empreitada a projetar é a seguinte:

1.1. Projeto: 600.000 €;

1.2. Empreitada de construção: 11.000.000€

1.3. Equipamentos laboratoriais e pedagógicos: 1.000.000 €

2. O Projetista, na elaboração do projeto, atenderá aos valores apresentado nos termos do número anterior, obrigando-se a estudar e prever as soluções mais viáveis e os materiais mais ajustados àquela determinação, por forma a manter o valor estimado da obra no definido pelo IPB, sempre sem prejuízo da qualidade e segurança da mesma.

3. Caso o valor orçamentado pelo Projetista exceda os limites fixados pelo contraente público, nos termos do n.º 1 do presente artigo, reserva-se o IPB no direito de não aprovar os projetos, que deverão ser reformulados pelo Projetista, sem quaisquer encargos adicionais para o contraente público, por forma a assegurar o cumprimento do disposto no número anterior. O prazo necessário para a reformulação considera-se incluído nos prazos definidos no n.º 2 da cláusula 6ª.

4. A verificação, em sede de procedimento de contratação pública da empreitada, de que existem marcadas diferenças entre a estimativa orçamental do projeto e as propostas apresentadas, designadamente por todas excederem o valor global orçado pelo Projetista, constitui tal facto, presunção de erro do Projetista, na elaboração dos projetos, com as contratuais consequências.

5. A presunção prevista no número anterior ficará elidida caso o Projetista demonstre e justifique a razoabilidade dos preços constantes do orçamento que fez acompanhar os projetos.

6. O IPB reserva-se no direito de realizar a empreitada de obras públicas consubstanciadas em obras de construção num período máximo de 5 anos, a contar da data de aprovação do projeto final de arquitetura e especialidades.

7. Caso, no termo do prazo referido no número anterior, o IPB não tenha realizado a referida empreitada, o adjudicatário terá direito apenas ao pagamento do valor relativo aos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA 17.ª – Erros e omissões do projeto

1. A revisão do projeto pelo contraente público, ou por terceiros contratados para o efeito, não desonera o Projetista das responsabilidades contratuais que lhe caibam por erros e omissões do projeto em sede de contratação e execução da respetiva empreitada.

2. O Projetista ressarcirá o IPB dos prejuízos que este venha a sofrer resultantes de trabalhos complementares, de erros de cálculo, erros materiais e outros erros e omissões das folhas de medição discriminadas e referenciadas e respetivos mapas-resumo de quantidades de trabalhos do projeto que lhe sejam imputáveis, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 18.ª – Responsabilidades

1. O cocontratante responde perante o IPB por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais.

2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3. Se o IPB vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da prestação de serviços, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores e do deficiente comportamento ou, ainda, da falta de segurança dos materiais e equipamentos.

CLÁUSULA 19.ª – Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP o IPB designará um o gestor do contrato, que acompanhará em permanência a execução do mesmo.
2. A identificação nominal do gestor de contrato indicado no número anterior constará do texto contratual.
3. Caso se verifique, durante a execução do contrato, a substituição de gestor contratual, a sua indicação nominal será comunicada, por escrito, ao adjudicatário.

CLÁUSULA 20.ª – Proteção e tratamento de dados pessoais

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- 1.1 Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- 1.2 Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- 1.3 Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- 1.4 Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- 1.5 Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

1.6 Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

1.7 Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;

1.8 Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

1.9 Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

1.10 Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;

1.11 Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

1.12 Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA 21.ª – Compromisso ambiental

Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta.

CLÁUSULA 22.^a – Marcas e patentes

1. Correm por conta do cocontratante todos e quaisquer encargos devidos pela utilização de equipamentos, meios técnicos, manuais ou quaisquer outros documentos, sujeitos ao regime de marcas, patentes, propriedade intelectual ou outro.
2. No caso de o IPB ser demandado por violação, durante a execução do contrato e dele decorrente, de qualquer dos direitos protegidos pelos mencionados regimes, o cocontratante fica obrigado a indemnizar o IPB pelo valor correspondente a todas e quaisquer quantias que este tenha de despendar em consequência daquela violação.
3. O cocontratante deve optar, sempre que possível, por software de código aberto.

CLÁUSULA 23.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres e ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 24.ª – Cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 25.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:

- 2.1. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
- 2.2. Nome ou denominação social;
- 2.3. Endereço ou sede social;
- 2.4. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação.

CLÁUSULA 26.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 27.ª – Legislação aplicável

Em tudo o que se encontre omissa e não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e a demais legislação aplicável.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 28.ª – Especificações

1. O Instituto Politécnico de Bragança pretende levar a efeito a construção de um edifício para a futura **Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar (EHB) do IPB, em Chaves**.
2. Para o efeito, será necessário dispor de um projeto global que contemple as especialidades de arquitetura e de engenharia, em condições de ser submetido a procedimento aquisitivo adequado para obtenção de propostas.
3. O projeto de execução deve ter em atenção o estipulado na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e ainda, no que é aplicável, o Código dos Contratos Públicos, constituindo-se como Dono da Obra o Instituto Politécnico de Bragança.
4. No âmbito dos serviços objeto do presente procedimento, o adjudicatário deverá deslocar-se ao imóvel para levantamento arquitetónico, e outros, elaboração de mapas de trabalhos necessários (mapa articulado com todos os itens identificados) e respetivas medições e quantidades, condições técnicas gerais e específicas, elaboração de estimativa de custo das obras (estimativa orçamental unitária e global), calendarização com descrição dos trabalhos, envio de rascunhos da planta de alterações (amarelos-vermelhos) para verificação intermédia e entrega de peça/telas finais, e ainda apoio técnico durante todo o procedimento aquisitivo (concurso público de empreitada), na submissão em plataforma de compras públicas acinGov, no âmbito de eventuais esclarecimentos ou erros e omissões, sobre os projetos/peças e retificações eventualmente necessárias e ainda apoio técnico durante a obra.
5. É da inteira responsabilidade do concorrente a elaboração de todos os estudos constituintes do projeto referente ao concurso público de conceção para a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades, conforme discriminado no número seguinte.
6. O projeto de execução que será a base da execução da empreitada deverá ser elaborado em conformidade com as disposições legais em vigor previstas - Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e demais legislações vigentes para a prestação de serviços a celebrar e deverá incluir:
 - 6.1. Projeto de arquitetura;
 - 6.2. Projeto de arranjos exteriores;
 - 6.3. Projeto de acessibilidades e mobilidade;
 - 6.4. Projeto de fundações e estruturas, incluindo a avaliação da vulnerabilidade sísmica;
 - 6.5. Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de águas - sistema de abastecimento e combate a incêndios;
 - 6.6. Projeto de Instalações, equipamentos e sistemas de esgotos - domésticos e pluviais;
 - 6.7. Projeto de instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
 - 6.8. Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;

- 6.9. Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de gás;
 - 6.10. Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de AVAC;
 - 6.11. Projeto de gases laboratoriais (se aplicável);
 - 6.12. Projeto de segurança contra incêndios e plano de emergência;
 - 6.13. Projeto de sistemas de segurança integrada;
 - 6.14. Projeto de gestão técnica centralizada;
 - 6.15. Projeto de condicionamento acústico;
 - 6.16. Projeto de sistemas de produção de água quente sanitária;
 - 6.17. Estudo de comportamento térmico, incluindo pré-certificado energético, nos termos do Sistema de Certificação Energética;
 - 6.18. Projeto de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - 6.19. Projeto de demolição, escavação e contenção periférica;
 - 6.20. Plano de segurança e saúde em fase de projeto e manual de estaleiro;
 - 6.21. Projeto de produção de energia elétrica fotovoltaica;
 - 6.22. Projeto de mobiliário fixo.
7. Para os projetos referidos no ponto anterior, deve ser apresentado:
- 7.1. Termo de responsabilidade, subscrito pelo Coordenador do Projeto, que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidades com o projeto de arquitetura;
 - 7.2. Termos de responsabilidade de todos os projetos;
 - 7.3. Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - 7.4. Plano de manutenção de todos os equipamentos propostos;
 - 7.5. Peças escritas e desenhadas em formato papel, digital e modelo BIM, bem como pormenores de execução à escala adequada para boa execução dos trabalhos, incluindo ainda mapa de medições e orçamento, bem como condições técnicas gerais e específicas, atendendo ao detalhado no ponto 11º desta cláusula.
8. Constitui obrigação do concorrente o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos entregáveis do projeto, assim como a obtenção junto das entidades competentes, de todas as informações / autorizações / certificações / pareceres considerados necessários para os fornecimentos definidos na elaboração objeto deste procedimento.
9. Quando se justificar, os projetos deverão adotar todos os processos e tecnologias que se enquadrem na eficiência energética, pelo que os projetos deverão, nessas circunstâncias incluir os documentos da certificação energética.
10. Para cada elemento, do ponto 6 acima, cuja elaboração não se revele necessária, deverá ser apresentada declaração justificativa.
11. Salvo outros que se venham a revelar necessários, são entregáveis do projeto os seguintes:
- 11.1. Peças escritas

a) Memória Descritiva e Justificativa correspondente a cada projeto de arquitetura ou especialidades de engenharia.

Este documento deve evidenciar a forma como se deu satisfação às exigências do Programa Preliminar, descrever das soluções adotadas, com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor, incluindo a discriminação dos revestimentos, acabamentos e equipamentos da cada compartimento, com indicação precisa da sua natureza e qualidade, indicação das características dos materiais, dos elementos de construção, das instalações técnicas, e da sua justificação económica, com referência especial aos planos gerais em que a obra se insere.

Deverá contemplar, também, a descrição das soluções adotadas, sob os aspetos técnicos e funcionais de sistemas, instalações e equipamentos, justificando técnica e economicamente as opções tomadas, quer no ponto de vista da execução das instalações, quer dos aspetos da exploração e de manutenção.

Deverá constar, ainda, a indicação dos parâmetros fundamentais que serviram de base ao dimensionamento das soluções propostas, bem como, a apresentação dos cálculos que as sustentam, devendo ser dada especial atenção aos problemas de interligação e inserção das instalações e equipamentos elétricos a executar com outras instalações técnicas e elementos da construção.

b) Cláusulas técnicas.

As cláusulas técnicas definirão o modo de execução dos diversos tipos de trabalhos, características técnicas a que devem obedecer os vários materiais a aplicar e equipamentos que constituem as diferentes instalações e sistemas previstos. Devem, ainda, caracterizar com rigor os diversos materiais a aplicar de modo a evitar interpretações divergentes pelos futuros intervenientes na execução da empreitada (Dono da Obra, Empreiteiro e Fiscalização) em que se possa invocar insuficiências orçamentais, sem referir a marcas ou modelos comerciais, sendo apenas aceite a referência a algum desde que precedido da palavra “tipo”.

c) Mapa de medições

Deve ser dada atenção especial à elaboração dos mapas das quantidades de trabalho das diversas espécies envolvidas para que, em qualquer estágio de execução dos trabalhos, possa ser facilmente controlado e avaliado o grau de execução. As medições devem identificar, claramente, as diversas espécies de trabalho, com a preocupação de separar, por artigos, aqueles que embora concorrendo para um mesmo produto final ocorra em estádios diferentes de execução. A quantificação dos trabalhos deve ser apresentada com rigor, de modo a não dar origem a reclamações de erros ou omissões do projeto, execução de trabalhos a mais, prorrogações do prazo de execução e revisões de preço, agora limitados pelo denominado preço base conforme definido no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2208 de 29 de janeiro, na redação atual.

d) Mapa de orçamento

O mapa de orçamento, independente do de medições, deverá conter os diversos somatórios obtidos no mapa de medições e decorrentes das várias espécies de trabalho aos quais serão aplicados preços unitários compostos, obtendo-se assim o valor estimado dos trabalhos.

11.2. Peças desenhadas

As peças desenhadas que constituirão o projeto deverão ser em número suficiente para a clara e correta interpretação da natureza e tipo de trabalho em causa, conjuntamente com a redação das peças escritas que lhe dizem diretamente respeito, cláusulas técnicas e mapas de medição e orçamento. Em caso de discrepância entre as peças referidas prevalecerá sempre a informação contida nas peças desenhadas.

De entre outras, consideram-se peças desenhadas essenciais:

- a) Planta de localização para efeitos de licenciamento;
- b) Planta do existente;
- c) Planta dos pisos contendo as alterações quando verificável (amarelos e vermelhos);
- d) Plantas dos pisos cotadas;
- e) Plantas de apresentação com distribuição de mobiliário;
- f) Planta de vãos (janelas, portas, estores, persianas);
- g) Mapa de vãos (janelas, portas, estores, persianas) com indicação da tipologia de cada vão, das respetivas dimensões e quantidades, do modo de funcionamento, da natureza e das características dos materiais e das ferragens e de outras informações necessárias ao fabrico e montagem;
- h) Plantas de tetos falsos;
- i) Plantas dos revestimentos dos pavimentos;
- j) Mapa de acabamentos;
- k) Cortes longitudinais e transversais e pormenores de execução dos diferentes elementos da construção, em escala adequada, que permitam a compreensão clara e a definição precisa do dimensionamento e da natureza das interligações dos diferentes materiais ou partes constituintes;
- l) Traçados das diversas instalações para cada piso com localizações das redes e implantação dos equipamentos projetados, que deverão ser apresentados, obrigatoriamente, com base em plantas de Arquitetura à escala 1:100;
- m) Desenhos de pormenor de implantação e atravancamento de equipamentos que ocupem espaços definidos e exclusivos, que deverão ser apresentados, obrigatoriamente, com base em plantas de Arquitetura à escala mínima de 1:50.
- n) Esquemas de ligação e funcionamento.

11.3. O conjunto das peças escritas e desenhadas devem conter a informação necessária e suficiente para que os concorrentes apresentem proposta sem quaisquer dificuldades e que possa permitir a execução em obra sem dúvidas.

11.4. Relativamente ao modo de apresentação do projeto, devem ser cumpridos os seguintes requisitos:

- a) As peças escritas devem ser apresentadas em formato A4 (210 mm x 297 mm) com orientação vertical e nos casos em que se justifique em A3 (297 mm x 420 mm) com orientação horizontal, devendo ser também disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo pdf, doc e dwg.
- b) As peças desenhadas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN (A3, A2, A1 e A0) de uma forma sistematizada e uniforme, devendo ser também disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo pdf, dwf e dwg, e em modelo BIM.
- c) Devem ser apresentados 3 (três) exemplares das peças em suporte de papel, além do original em suporte digital em plataforma a disponibilizar pelo IPB.
- d) Devem ser apresentados 2 (dois) exemplares em suporte de papel do processo completo de licenciamento e/ou certificação com todos os despachos faseados e deferimento definitivo para efeitos de obtenção de licença e/ou certificação de utilização e registo interno do projeto licenciado e/ou certificação.

11.5. O plano de segurança e saúde em projeto deve materializar-se num documento que contenha todas as informações e indicações relevantes em matérias de segurança e saúde que se mostrem necessárias para reduzir o risco de ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais. Este plano visa elencar e avaliar os riscos previsíveis e definir normas de segurança e técnicas de prevenção de modo a prevenir os acidentes de trabalho durante a execução dos trabalhos de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/03, de 29 de outubro, compatibilizando as condicionantes locais cujo estaleiro terá de dar resposta com vista ao seguimento dos trabalhos, protegendo internamente os envolvidos e exteriormente o espaço público e a sua circulação.

11.6. O plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição deve estabelecer o encaminhamento dos materiais resultantes da construção e demolição para local apropriado e a triagem dos materiais e resíduos resultantes do trabalho da construção e demolição, devendo ser elaborado em conformidade com a legislação em vigor

CLÁUSULA 29.ª – Neutralidade carbónica

1. No âmbito dos serviços objeto do presente procedimento, o adjudicatário deverá apresentar soluções construtivas que contribuam para os desígnios nacionais de neutralidade carbónica em conformidade com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

(RNC2050), e em conformidade com os objetivos definidos no Regulamento (EU) 2021/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021.

2. Para efeito do número anterior, o adjudicatário apresentará um capítulo específico com a memória descritiva das soluções construtivas incorporadas no projeto de execução apresentado, tendo presente as exigências estabelecidas para Edifícios de serviços (ensino superior).

CLÁUSULA 30.^a – Entrega dos projetos

1. A entrega de versão final em suporte papel dos projetos de arquitetura e de especialidades será realizada na Presidência do IPB, *Campus* de Santa Apolónia, em Bragança.

2. A entrega de versão final em suporte digital (editável e não editável) será feita através de plataforma disponibilizada pelo IPB.

CLÁUSULA 31.^a – Programa preliminar

O Programa Preliminar, com os respetivos anexos, constitui a **Parte III** do presente Caderno de Encargos.